

A Europa percebida pelos manuais escolares de Geografia. O caso Português, de 1933 a 2009

Euarda Marques da Costa¹
Nuno Marques da Costa²
Ana Louro³

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta a evolução das diversas perspectivas da “Europa” percebidas através de um conjunto de manuais escolares de Geografia, desde a década de 1930 até à atualidade. Neste contexto, identificam-se três fases bastante distintas (1930-1970, 1980-1990 e pós-2000), em muito relacionadas com a geopolítica portuguesa e europeia. Duas questões despertam para debate: a discussão dos limites geográficos da Europa reflexo de uma “Europa Geográfica” ainda difusa e o papel da União Europeia como a referência a uma “Europa Política” bem definida.⁴

“O conceito de “Europa” é, sem dúvida, visto como uma entidade tangível, quer seja geográfica, cultural ou sócio-política em todo o Mundo.” (EMB, 2008, 34). A percepção da Europa é determinada por uma forte componente política, sendo que a difusão da informação através de textos, imagens ou fotografias reforça ou não a identificação do território europeu, os seus limites geográficos, a variedade de culturas e línguas, os conflitos socioculturais e políticos, e também as relações geopolíticas e económicas entre países. Neste contexto,

1. Doutora e professora associada, Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, eduarda.costa@campus.ul.pt
2. Doutor e professor auxiliar, Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, nunomcosta@campus.ul.pt
3. Mestre e investigadora, Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, analouro@campus.ul.pt
4. Apoio financeiro do Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia (PC/2007-2013) por meio da Convenção de Subvenção n.º 225.260. WP 4 – Políticas e Ideologias.

o Projeto Eurobroadmap (EBM) procura responder à questão “Como é que a Europa está presente nos discursos políticos?”, com o objetivo de compreender qual a visão institucional de vários países Europeus e Não-Europeus. Esta primeira questão suscita outra: “Estará a União Europeia a produzir uma visão política específica no Mundo ou haverá diferentes visões consoante às diversas perspectivas setoriais?” (EMB, 2008, 32). É possível observar a existência de algumas relações e algumas discrepâncias entre as informações disponibilizadas por diversas fontes oficiais, especialmente providas dos Governos ou dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e os meios de difusão da informação. É sublinhado no primeiro relatório de trabalho do Projeto EBM que as opiniões e percepções da população são influenciadas pelos *media*, por estereótipos sociais ou por outros instrumentos de divulgação de informação, como sejam os manuais escolares por meio da educação formal, revelando-se, por vezes, diferentes das visões institucionais, estas últimas que se vão alterando mais lentamente devido a fatores econômicos, diplomáticos ou estratégicos, visões essas que podem ser discrepantes com as visões históricas dos países até então.

Para este estudo foram analisadas diversas fontes de informação, destacando-se a leitura de relatórios governamentais e dos seus sítios digitais, especialmente do Ministério dos Negócios Estrangeiros (considerado o agente institucional que por excelência produz e difunde as visões de Europa e de União Europeia), e também dos manuais escolares de Geografia publicados em Portugal entre 1933 e 2009. Na maioria dos casos, os manuais escolares são usados não só para determinar os tópicos a leccionar, mas também para a própria atualização do conhecimento dos professores e como base para a preparação das aulas, sendo assim uma forma de consolidar um conhecimento de certa forma abstrato, mas consensual sobre o Mundo e as suas regiões (EMB, 2008, 34).

Este texto organiza-se em quatro partes: após a introdução, onde se desenvolve a metodologia utilizada, o segundo ponto abordará a percepção da Europa relatada nos manuais escolares de Geografia considerando a sua evolução ao longo do tempo, dado serem uma fonte privilegiada de informação sobre a Europa, por meio de textos, cartografia e fotografia. Este ponto organiza-se em três períodos temporais: 1. Entre as décadas de 1930 e 1970; 2. Entre as décadas de 1980 e 1990 e 3. Após o ano 2000, cada um associado a uma perspectiva diferente: “A Europa como uma região importante no Mundo”, “A afirmação da União Europeia” e “Da individualidade da Europa à perspectiva temática da Geografia”, respectivamente. Na terceira parte abordam-se duas reflexões distintas: por um lado, discutem-se os limites geográficos da Europa e a sua evolução apresentada nos manuais escolares, por outro, reflete-se a importância da União Europeia, centrando a análise na representação desta entidade nos manuais escolares de Geografia. Na quarta, e última, apresenta-se uma breve conclusão.

Metodologia aplicada

No contexto do Pacote de Trabalho 4 – “Políticas e Ideologias” e como metodologia de investigação, desenvolveu-se uma recolha e análise dos manuais escolares de Geografia onde se abordasse pela primeira vez a temática da Europa. Em Portugal selecionou-se o 7º ano escolar, dado que é nesse ano escolar onde se aborda a Europa de uma forma mais desenvolvida. Foi recolhido um manual por década, desde a década de 1930 até à atualidade, num total de 8 publicações (1933, 1954, 1964, 1974, 1985, 1995, 2006, 2009) para o caso português, organizados em três períodos mais alargados: 1. Entre as décadas de 1930 e 1970 – “A Europa como uma importante região do Mundo”; 2. Entre as décadas de 1980 e 1990 – “A afirmação da União Europeia”, e por fim, 3. Pós-2000 – “Da individualidade da Europa para uma perspectiva temática da Geografia”. A metodologia utilizada para a sistematização da recolha de informação teve por base o preenchimento de uma grelha de análise, preparada pela coordenação do WP4, organizada em 6 partes: 1. Posição da Europa no programa letivo; 2. Posição da Europa nos manuais escolares; 3. A Europa através das descrições em texto; 4. A Europa em mapas, 5. A Europa em imagens e 6. A Europa em figuras (quadros, gráficos, etc.).

A EVOLUÇÃO DA PERCEÇÃO DA EUROPA NOS MANUAIS ESCOLARES

Neste item pretende-se desenvolver uma análise dos manuais escolares de Geografia como fonte de informação privilegiada sobre o território, com especial incidência na leitura da Europa, difundida pela maioria da população por meio da educação formal. No entanto, é possível observar uma evolução das perspectivas territoriais e das regiões do Mundo, já que os manuais escolares de Geografia acabam por apresentar fortemente o contexto histórico de cada país. A História Portuguesa é marcada por expansões por terra e mar, desenvolvendo uma grande rede de relações entre Portugal e outros territórios e povos, especialmente ao longo da costa Africana e da costa atlântica da América do Sul. Foi marcada também pela alternância entre a independência nacional (1139) e a dependência de Portugal ao reino espanhol (1580-1640). A Revolução Francesa (1789-1799) causou também grande impacto em Portugal, levando à perda de colónias da América do Sul e criando alguma instabilidade política promovida pelo declínio da economia nacional.



Figura 1 – Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Fonte: CPLP. Cartografia: Elaboração própria.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Portugal encarou uma grande mudança no seu sistema político, passando para um sistema parlamentar, quando da fundação da Primeira República, o qual seria convertido numa ditadura militar entre 1926 e 1974. Este último sistema político seria um fator negativo para as primeiras negociações entre o Governo Português e a Comunidade Económica Europeia (CEE) na década de 1960. Em 1974 terminou a ditadura mais longa da história da Europa Ocidental e foi restaurado o regime democrático. Em 1977, após esta mudança, Portugal apresentou um pedido de integração formal à CEE, aceito na segunda metade da década de 1980, mantendo e promovendo simultaneamente fortes relações com os países de Língua Portuguesa (Figura 2) e/ou Comunidades luso-descendentes dispersas por vários continentes, juntamente com a participação nas Nações Unidas, na OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, na OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, na Zona Euro e no Espaço Schengen. No discurso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a adesão de Portugal à CEE em 1986 representaria um reforço da posição política do país no contexto europeu.

Contudo, como explica Claudino (2002), nem só a História do país tem relevância, pois quando falamos sobre os manuais escolares, a evolução das perspectivas geográficas e dos conhecimentos adquiridos até então têm um papel fundamental, integrados na Educação através de contínuas revisões curriculares. A evolução do ensino em Geografia desde a Revolução Liberal até agora e as influências e decisões políticas explicam, em parte, os temas apresentados em cada programa escolar. Na época do Marquês de Pombal (me-

ados do Século XVIII), após a expulsão dos jesuítas (donos de uma rede de faculdades) a Geografia não tinha espaço nas escolas públicas, servindo apenas para apoiar a disciplina de História. Nessas escolas, a França revolucionária teve uma forte influência na escolha dos manuais escolares portugueses. Na década de 1830, foi criado para o Ensino Secundário a disciplina de "História, Geografia e Cronologia", verificando-se na década seguinte, e com a reforma curricular, a inserção de novos temas como a "industrialização" ou "negócios internacionais". Simultaneamente decorreu uma reforma curricular para a Instrução Primária, apelando ao estudo do país, através de temas como o "clima, terreno e rios", a "produção agrícola" ou as "cidades". Até ao final do século XIX, surgiu uma nova perspectiva geográfica – o Positivismo Corográfico – crescendo as informações existentes sobre Portugal e desenvolvendo-se novos temas, como os "transportes". Na década de 1860 decorreu, pela primeira vez, o Censo Demográfico e surgiram os primeiros inquéritos setoriais, por exemplo, na Indústria. Nesta época, desenvolveu-se outra reforma curricular, acrescentando ao discurso nacionalista o ensino não só sobre Portugal, mas agora também sobre as colónias portuguesas. No primeiro programa liceal de Geografia (1872), esta era dependente da disciplina de História, mas na revisão seguinte do programa académico, a Geografia ganhou "independência" como disciplina em 1888, apresentando uma perspectiva pró-europeísta e em que o estudo de Portugal evocava também o estudo das colónias, do seu território e população, do fenómeno de metropolização portuguesa e de modernização dos transportes, mantendo o estudo de assuntos cívicos como o conhecimento sobre o regime político e judiciário, militar, religioso e do sistema escolar. Em 1894 dá-se uma nova reforma não muito positiva para a Geografia como disciplina, dado que foi excluída das disciplinas essenciais e foi novamente anexada à História. O governo decidiu também obrigar a adoção de manual escolar para cada disciplina e para cada ano, de acordo com a escolha governamental. Passadas algumas décadas, em 1921 dá-se a publicação do primeiro compêndio autorizado para a Geografia, elaborado por Vasconcelos e Sá, o único autor a elaborar os manuais escolares de Geografia para os vários anos de liceu. Com o aparecimento da 1ª República Portuguesa em 1910, a Geografia mantém-se como temática sob alçada da disciplina de História, dividindo os seus temas entre a disciplina de História e a disciplina de Ciências Naturais. No final da década de 1920, encontra-se como tema recorrente o "elogio da superioridade humana" e da "capacidade humana de enfrentar a natureza". Em 1936, uma nova reforma na Educação Básica suprimiria os assuntos da Geografia, apesar de se manter o ensino de alguns tópicos como o estudo do Brasil como um destino de emigração, o orgulho nacional Português e do papel de Portugal como uma bandeira da ação europeia no mundo. Ao mesmo tempo,

o ensino de Geografia apareceu na Universidade, emergindo um curso totalmente dedicado à Geografia. Neste momento, os compêndios de Geografia tiveram um papel importante na educação da Geografia devido à falta de um programa geral curricular. Os livros escolares de Vasconcelos e Sá refletiam a sua formação e a sua capacidade de coletar informações sobre a área da física à escala mundial, recorrendo a cartografia, contudo desvalorizava a Geografia Humana. Claudino (2002, 193) destaca um aspecto curioso: neste período Portugal foi estudado como uma “ilha”. Como exemplo, o autor refere que a cartografia apenas identifica os sistemas montanhosos ou rios em Portugal, não fazendo a natural conexão a Espanha. Surgem como temas principais o “clima” e os “estereótipos regionais” (usando fotografias ou regionais chama de roupas, tanto em Portugal como nas colônias portuguesas), as “disparidades regionais da população” e da “estrutura fundiária”, sublinhando um discurso ruralista e desvalorizando a evolução industrial.

Após esta breve contextualização histórica, serão desenvolvidas as principais conclusões da análise realizada aos manuais escolares de Geografia, respondendo aos três períodos-chave considerados para o caso português.

*“A Europa como uma importante região do Mundo”
(entre as décadas de 1930 e 1970)*

Claudino (2002) refere que na década de 1930 é notória a preocupação por parte dos autores dos manuais de Geografia em respeitar os programas escolares, sendo que o Estado e a Junta Nacional de Educação escolhem os manuais escolares permitidos. Contudo, a atualização dos mesmos (ou a falta de atualização), denota uma Geografia afastada da atualidade e das situações problemáticas mundiais, apesar das breves referências a estes acontecimentos nos manuais, por exemplo, com a breve referência aos grandes conflitos mundiais como a 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

Em 1947, de acordo com o novo estatuto liceal, começa um novo ciclo para o ensino de Geografia (até à reforma de 1989). Nesse momento, os assuntos da Geografia focavam o “Império Português”, afetado por “movimentos anti-colonialistas”. Os programas de Geografia foram definidos por anos de escolaridade: no 7º ano e 8º ano (3º e 4º anos liceais na época) eram estudados os continentes e os países, e no 9º ano era estudado apenas Portugal. Nos anos letivos seguintes (10º e 11º atuais, 6º e 7º anos liceais) a Geografia era uma disciplina optativa, estando os principais temas relacionados com a Geografia Geral, Geografia Política e novamente o estudo de Portugal. Por essa altura, António Salazar ordenou a existência de um livro exclusivo para cada ciclo escolar, selecionando como autores autorizados Correia Monteiro para o 1º ciclo, Leal de Loureiro e Patrício para o

2º Ciclo, e Vieira e Alves de Moura para o 3º Ciclo. Somente na década de 1960, o programa curricular primário elaborado em 1929 foi atualizado. Em 1968, o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário apresenta um generalizado sentimento nacionalista, sublinhando “como o pequeno Condado Portucalense foi alargado até os limites atuais de Portugal na Europa, na África, na Ásia, de como os Portugueses souberam valorizar o território e as gentes (...)” (Claudino, 2002, 196). Desde esse momento, desenvolveu-se também uma maior variedade de compêndios geográficos, desde que aprovados pelo Ministério da Educação e que apresentassem a doutrina Cristã e os interesses da Nação Portuguesa. Naquela época, Leal de Loureiro e Patrício descreveram os principais aspectos físicos dos continentes, o solo e o clima, as produções agrícolas e minerais, apresentando um breve comentário sobre a população, mas não referindo os sistemas políticos e econômicos. Só em 1974, este último tema foi desenvolvido através da economia soviética, da rivalidade entre os EUA e a URSS e, sendo destacada a importância da unificação da Europa que a tornaria uma grande potência aproveitando este momento de tensão. Como referiu Claudino (2002, 198), enquanto o discurso português sobre o Mundo era neutro nos manuais escolares, já o papel de Portugal era destacado como sendo importante para ligar a Europa a outros continentes, como África ou América através do Oceano Atlântico. De acordo com a perspectiva possibilista de Loureiro e Patrício, considerava-se que “(...) a aglomeração urbana é, em grande parte, obra do homem, embora não deixe de refletir as causas geográficas que contribuem para a sua formação e desenvolvimento” (Claudino, 2002, 198). A cultura do cereal foi abordada, mas sem referências à necessidade de construção de infraestruturas hidroelétricas para compensar a falta de carvão e petróleo no país, e o turismo ganha um novo espaço. No que seria o atual 10º ano (6º ano liceal) era lecionado cosmografia, geografia física geral e humana e, no ano letivo seguinte, os temas principais focavam a geografia política e as principais potências mundiais e os impérios coloniais, a metrópole portuguesa e ultramarinas. Com a revolução de Abril de 1974, o estudo das áreas ultramarinas é retirado dos currículos e no ensino preparatório a disciplina de “História e Geografia de Portugal” foi substituída por “Estudos Sociais” e “História de Portugal”. Em 1978, foi aprovado um novo programa para definir os atuais 7º, 8º e 9º anos: no primeiro focava-se a Geografia Física geral, o segundo era dedicado a Portugal, explicitando as vantagens da união de Portugal à CEE, e no terceiro estudava-se o clima e relevo, desvalorizando os fatores políticos e econômicos. Na Educação Secundária, agora com três anos de escolaridade, era abordada a Geografia Física e Humana, já influenciada pela perspectiva da “Nova Geografia”.

Analisando os manuais escolares consoante a metodologia definida pelo Projeto Eurobroadmap para o primeiro período com início na década de 1930, um pouco antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), surgia a referência de que

a Europa era o “centro do mundo civilizado”, reportando-se à questão da cultura, em contraponto com os Estados Unidos da América, que viria a ser considerado o “centro da economia mundial”. Nesse período, a Europa era considerada uma região com alguns aspectos distintivos que a tornavam relevante no contexto mundial, surgindo inúmeras referências à “singularidade” do continente, destacando as suas características únicas como os “recursos naturais disponíveis”, a “história das conquistas de novos territórios” e a “existência de alguns impérios coloniais”, mas também relativo à riqueza da sua “diversidade de culturas, religiões, atividades e paisagens”. No manual escolar de 1933 eram descritos os vários países e principados europeus, mas também eram estudados os grandes impérios coloniais. Destacava-se a “superioridade europeia”, devido à sua “localização geográfica” e de como esse fato teria sido crucial para o “progresso e divulgação da sua civilização”. O segundo e terceiro manuais analisados, datados de 1954 e 1964 respectivamente, foram publicados num período pródigo do desenvolvimento em todo o Mundo causado pela recuperação econômica do pós-guerra dos países devastados, pela formação de duas grandes esferas de influência - EUA e URSS, e acima de tudo, pela assinatura do Tratado de Roma (1957), que lançou as bases para a atual União Europeia. Ambos os manuais são muito semelhantes, sofrendo apenas poucas alterações. Apesar das mudanças radicais no cenário europeu, em Portugal, e sob influência do “Estado Novo” (um governo ditatorial), tudo continuou como antes: a manutenção do império colonial Português, a Guerra Colonial Portuguesa em África (Angola, Guiné e Moçambique, 1961-1974) e do isolamento português de influências externas. Era evidente a disparidade entre a evolução da Europa e os acontecimentos políticos e econômicos difundidos mundialmente e as matérias lecionadas nas escolas portuguesas. Estes fatos refletiam-se nos manuais escolares, onde permaneceu o ideal de “civilização europeia”, da “centralidade Europeia” e da “situação geográfica vantajosa” durante algumas décadas.

O manual escolar publicado em 1974, ano em que se deu um golpe de Estado militar em Portugal, que acabaria com o regime ditatorial de então para iniciar a implantação do regime democrático, ainda corresponde às características das publicações anteriores, apesar de introduzida uma mudança importante no currículo: a Europa não é mais vista como um continente privilegiado pela sua localização geográfica, sendo agora feitas as primeiras referências ao seu “pequeno tamanho territorial” em comparação com outras regiões e continentes do mundo. No entanto, a Europa Ocidental continua a ser vista como o “centro da civilização”, aludindo mais uma vez para a “colonização de outros continentes”. Em relação aos mapas destes três livros, duas temáticas cartografadas foram recorrentes ao longo das décadas: a “densidade populacional da Europa” e a “divisão geopolítica europeia”. O segundo aspecto é um bom exemplo da representação da evolução que o continente europeu tem sofrido ao longo do século XX. Destaca-se a cartografia sobre “regiões

climáticas da Europa”, uma das poucas referências a uma divisão macrorregional do continente europeu, bem como a um mapa temático que representa a distribuição das religiões na Europa, apenas publicado em 1933 (Figuras 2 a 5).

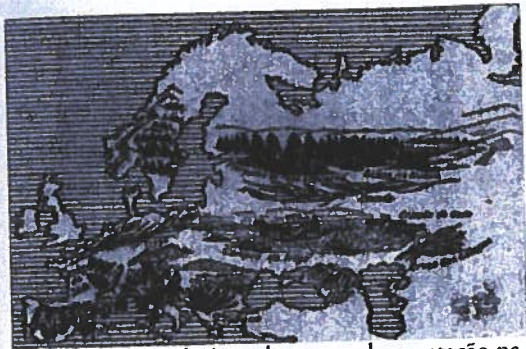


Figura 2 – Distribuição das zonas de vegetação na Europa.
Fonte: Vasconcelos e Sá (1933) (Fig. 32)



Figura 3 – Distribuição das religiões na Europa.
Fonte: Vasconcelos e Sá (1933) (Fig. 39)



Figura 4 – Distribuição da densidade populacional da Europa.
Fonte: Loureiro e Patrício (1974) (Fig. 20)



Figura 5 – Mapa físico da Europa.

Fonte: Loureiro e Patrício (1974) (Fig. 2)

De acordo com as fotografias presentes nos manuais das décadas de 1930 e 1970 (Figuras 6 a 9), encontram-se algumas imagens que identificam e caracterizam alguns ambientes “naturais”, explorando essencialmente a física do território (ex.: rios, montanhas, florestas e ambientes marinhos), considerando-os como elementos que caracterizam e distinguem diferentes áreas do território europeu. Numa perspectiva geral, algumas imagens também ilustram paisagens urbanas das grandes cidades, relacionadas com temáticas como a economia, o fenómeno de urbanização e a evolução dos transportes. Nota-se que nesse período houve uma representação frequente de imagens da Alemanha, em parte justificado pelas relações político-econômicas que os dois países detinham na altura.

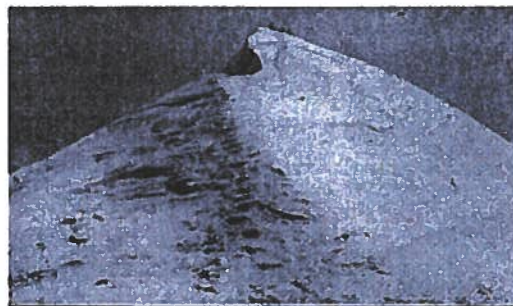


Figura 6 – Monte Branco (Fronteira França-Itália). Fonte: Vasconcelos e Sá (1933) (Fig. 20)

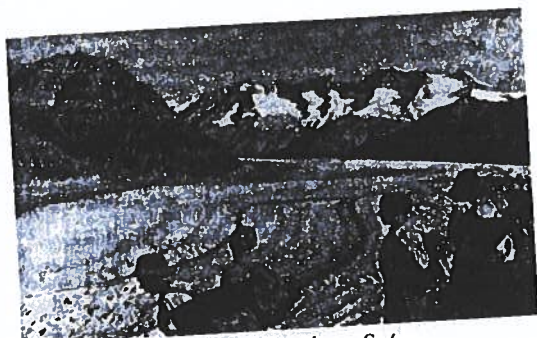


Figura 7 – Glaciar Aletsch, Alpes, Suíça.
Fonte: Loureiro e Patrício (1954) (Fig. 79)

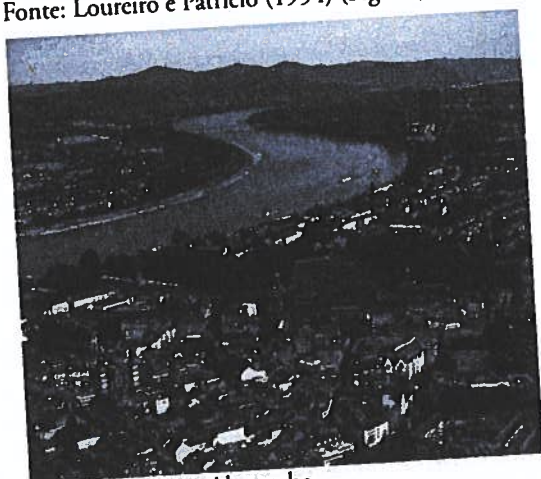


Figura 8 – Bona, Alemanha.
Fonte: Loureiro e Patrício (1964) (Fig. 101)



Figura 9 – Ilhas Stromboli, Lipárias, Itália.
Fonte: Loureiro e Patrício (1974) (Fig. 8)

Este segundo período de tempo, denominado de "A afirmação da União Europeia" corresponde às décadas de 1980 e 1990. O continente europeu testemunhara a queda do Muro de Berlim (1990) e também o colapso da União Soviética (1991) e o aumento em quase o dobro do número de Estados europeus. Após o início do período democrático em 1974, Portugal aderiu à CE juntamente com a vizinha Espanha em 1986, já depois da Grécia, que aderiu em 1981. A junção dos países do sul da Europa só foi possível após a queda de suas ditaduras na primeira metade da década de 1970. No final da década de 1980, ocorreu uma nova reforma curricular da Geografia, formalizada pela Portaria 286/89, definindo aspectos como a existência da disciplina de Geografia no 7º e 9º anos de escolaridade do Terceiro Ciclo do Ensino Básico. Nesse momento, os conteúdos a lecionar foram organizados por escalas territoriais. No 7º ano os temas abordados referem-se na totalidade ao estudo da Europa: a. Europa: Dimensões e fronteiras, b. Contrastes espaciais na organização do território, c. Qualidade de vida, e d. Equilíbrio ambiental; enquanto no 9º ano é abordado o Mundo no geral através do estudo de temas como: a. População e recursos, b. A interdependência mundial, c. Desigualdades de níveis de desenvolvimento, d. Equilíbrio ambiental (Alegria, 2002, 86).

O livro datado de 1985 mostra uma visão completamente diferente da Europa da visão anterior: as referências aos aspectos físicos do território perdem importância, destacando-se agora os aspectos econômicos e ao fato da Europa se apresentar como uma das áreas mais ativas e desenvolvidas do Mundo, sendo mesmo citada como "berço da economia industrial". O manual da década de 1990 apresenta-se, em termos de conteúdos temáticos, o mais completo de todos no que respeita ao estudo sobre a Europa, resultante da grande alteração dos programas escolares de Geografia em que o 7º ano escolar é exclusivamente dedicado à Europa. A União Europeia tornou-se um elemento fulcral na política europeia e mundial, sendo motivo para a criação de um novo conjunto de conteúdos. A Europa continental é estudada através de diversas abordagens: física, geográfica, histórica, econômica, ambiental e social. Reportando à cartografia da época (Figuras 10 a 13), o manual de 1985 destaca temas de "Economia", como o PIB dos países europeus, assim como de "Energia" e "Recursos minerais", entre outros. Na primeira referência a temas urbanos destaca-se num mapa dedicado à localização das principais cidades europeias. Já o manual publicado em 1995, sendo o mais rico quanto à quantidade e diversidade de mapas, enfatiza não só as características físicas e dimensões do continente, mas também questões sociais, por meio da demonstração da Europa como um dos grandes destinatários da imigração.



Figura 10 – Densidade populacional da Europa.

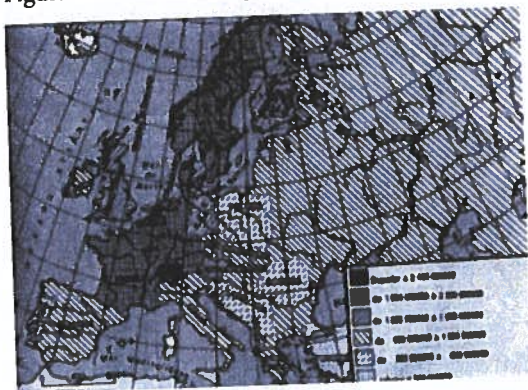


Figura 11 – PIB per capita.

Fonte: Leite et all. (1985) (Fig. 15)



Figura 12 – Climas da Europa Oceânica.

Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig. 68)



Figura 13 – Distribuição da População Europeia.
Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig. 1)

Reportando agora às fotografias publicadas nos manuais, desde a publicação de 1985 que as questões urbanas são destacadas, observando-se também o surgimento de um novo tema - "Ambiente", representado por mapas relativos à poluição marinha ou à localização dos principais acidentes com petroleiros, entre outros. A partir de 1995, a relação entre as imagens relacionadas com a Europa e os países do território europeu são mais frequentes (Figuras 14 a 17), abordando diferentes temas, tais como a "população", "economia", "cidade", "cultura" e "meio ambiente". Estas imagens identificam lugares, objetos, pessoas, práticas e ou atividades relacionadas com um determinado país ou cidade europeu. Esta publicação surge com uma ênfase particular nas imagens, apresentando um elevado nível de detalhe e objetividade incomum nos livros anteriores.

Apesar de a União Europeia ser um tema central nos manuais da década de 1990, as referências ao conceito de "variedade" são mais frequentes do que ao conceito de "unidade" (conceito-chave nos livros anteriores para representar a Europa). O conceito de "variedade" surge relacionado com os sucessivos alargamentos da União Europeia, associando-se a leitura da existência de várias culturas, línguas, religiões e comunidades, que coexistem num único continente. Por um lado, o conceito de "unidade" destina-se a fornecer uma imagem da Europa para "fora", como uma unidade geopolítica bem definida e percebida pelas entidades governamentais e residentes não-europeus. Por outro lado, o conceito de "variedade" visa afirmar a individualidade das pessoas, das comunidades e das culturas já existentes que se conjugam num único território – o continente europeu. Esta dicotomia é tão relevante no contexto da União Europeia que o seu lema, usado desde 2000, é "Unida na Diversidade", significando que os europeus procuram a paz e prosperidade, beneficiados pela diversidade de culturas, tradições e línguas.



Figura 14 – Cidade de Frankfurt – Europa Ocidental.
Fonte: Leite et all. (1985) (Fig. 18)

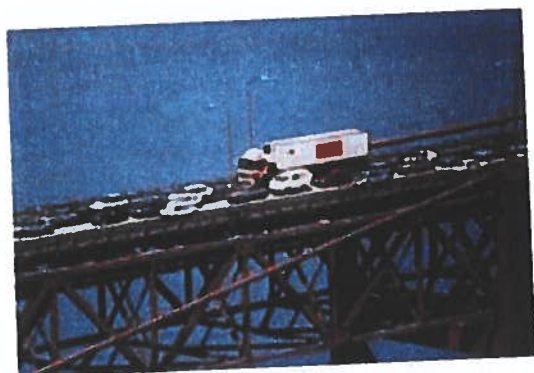


Figura 15 – Lisboa, Portugal.
Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig. 24)



Figura 16 – Santarém, Portugal.
Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig. 59)



Figura 17 – Porto, Portugal.

Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig.39)

Da individualidade da Europa para uma perspectiva temática da Geografia (Pós-2000)

Desde 2000, a União Europeia ganhou uma grande importância na identificação da Europa, sendo até, por vezes, confuso distinguir as duas entidades (sendo a Europa uma unidade geográfica - continente - e União Europeia uma instituição política). Os sucessivos alargamentos da UE fizeram com que o número de membros aumentasse de 12 para 27 no espaço de duas décadas, havendo três países que apresentaram a sua candidatura e esperam resposta (Croácia, Macedónia e Turquia). Em 2001, ocorreu uma mudança importante no currículo de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos escolares) (Portaria 6/2001). A Geografia está atualmente em todos os ciclos de ensino: na educação primária os assuntos estão integrados na disciplina geral de “Estudo do Meio”, no segundo ciclo (5º e 6º anos) existe a disciplina combinada de “História e Geografia de Portugal”, no terceiro ciclo (7º ao 9º ano), a Geografia é uma disciplina autónoma e existe nos três anos escolares. No terceiro ciclo, os programas letivos estão organizados em seis grandes temas repartidos pelos três anos: 1. A Terra: estudos e representações, 2. O meio natural, 3. População e povoamento, 4. Atividades económicas, 5. Contrastes de desenvolvimento e 6. Ambiente e Sociedade. Todas as temáticas estão dirigidas para três diferentes escalas espaciais - Portugal, a Europa e o Mundo - invertendo a lógica anterior, onde, por exemplo, havia um ano letivo inteiramente dedicado à Europa (Alegria, 2002, 87). No Ensino Secundário, a Geografia é uma disciplina optativa para a área científico-natural e é uma disciplina obrigatória para os estudantes das áreas Socioeconómicas e de Ciências Sociais e Humanas, havendo aulas durante dois anos. Neste último ciclo, o programa escolar tem como lema “Portugal: Potenciar os recursos, promover o desenvolvimento”, abordando os seguintes conteúdos: 0. A posição de Portugal na Europa

e no Mundo, 1. A população utilizadora de recursos e organizadora de espaços, 2. Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidade, 3. Os espaços organizados pela população, 4. A população, como se movimenta e comunica, 5. A integração de Portugal na EU: novos desafios, novas oportunidades. Tendo o manual escolar publicado em 2006 como exemplo, a primeira evidência é a recuperação da importância dada às referências físicas desvalorizadas ao longo das duas décadas anteriores. Salienta-se nesta nova leitura o grande número de países europeus que surgiram desde a década de 1990. A análise do manual de 2009 confirma as mudanças das décadas anteriores. Na generalidade, nota-se uma perda substancial de informação nos manuais em suporte papel, colmatada com a imensa quantidade de informação em suporte CD-ROM ou disponíveis em sites específicos das editoras. Quanto à cartografia, os manuais de 2006 e 2009 apresentam pouca profundidade e pouca variedade temática, destacando apenas a representação da Europa através de mapas do espaço físico e político (Figuras 18 e 19). Havendo um capítulo em que a Europa é o tema central, este é muito curto, e as imagens e fotografias não são representativas da Europa, devido à nova forma de organização do programa escolar (Figuras 20 a 23).



Figura 18 – Regiões Europeias. Fonte: Matos e Castelão (2006) (Fig. 12)



Figura 19 – Mapa político da Europa. Fonte: Santos e Lopes [1] (2009) (Fig. 4)



Figura 20 – Os Fiordes são uma forma de relevo característica do Norte da Europa.
Fonte: Matos e Castelão (2006) (Fig. 13)



Figura 21 – Ilha de Creta no Mar Mediterrâneo, é um dos limites do continente europeu.
Fonte: Matos e Castelão (2006) (Fig. 14)



Figura 22 – Planícies húngaras.
Fonte: Santos e Lopes [1] (2009) (Fig. 2)



Figura 23 – Alpes.
Fonte: Santos e Lopes [1] (2009) (Fig. 3)

DUAS QUESTÕES EM DEBATE: OS LIMITES GEOGRÁFICOS DA EUROPA E O PAPEL DA UNIÃO EUROPEIA NA PERCEPÇÃO DA EUROPA

Ao longo da análise dos manuais escolares, destacam-se duas questões para debate. A primeira prende-se com a discussão dos limites geográficos da Europa. Por ser um continente localizado na mesma plataforma continental da Ásia, este limite gera grande controvérsia, não só afetado pelos países que surgiram após o fim do Império Russo, mas exatamente por não haver uma sobreposição entre as divisões político-administrativas dos países e as divisões naturais, enquanto todos os limites restantes da Europa são de fácil identificação pelas características naturais, através de rios, mares, oceanos ou cadeias montanhosas. Conclui-se então que as divisões não são meramente políticas, pelo limite dos países, nem apenas naturais através do ambiente físico, mas que a cultura e a identidade dos povos têm grande influência. Outra questão, mais recente, é o papel da União Europeia na Europa e no Mundo, sendo que a sua imagem se confunde com a identificação do continente europeu. Especialmente após a entrada de Portugal da CE em 1986, esta questão surge repetidamente nos manuais escolares, com reflexo na percepção dos indivíduos quanto ao continente europeu e quanto à instituição UE.

Os limites geográficos da Europa e a influência dos alargamentos da União Europeia

Existem vários tipos de divisões do Mundo, de acordo com vários critérios, desde focado na esfera biofísica até à esfera política ou cultural. Se no início as divisões mundiais foram baseadas em características estruturais do território (ex.: clima, vegetação, rios, montanhas) ou características da população (ex.: densidade populacional, rendimento, língua, religião, atividades económicas), na segunda metade do século XX cresce um interesse especial sobre as divisões do mundo de acordo com os padrões de fluxos (de pessoas, bens, dinheiro, serviços), das redes (físico com o transporte ou invisível com o sistema de comunicação), e também da esfera geopolítica, influenciada por alguns momentos históricos, como a Segunda Guerra Mundial ou a Guerra Fria (Pedro, 2011, 37). Na Europa, o segundo continente mais pequeno do mundo, distinguem-se várias divisões de acordo com a localização geográfica dos países (ex.: norte, sul, oeste, leste e centro da Europa), com aspectos económicos ou políticos, ou apenas por grupos de países similares (por exemplo: Europa do Norte, Europa Central, Península Ibérica, Europa Oriental, Península dos Balcãs, Países Bálticos). Neste contexto, cada livro escolar é influenciado não só pela perspectiva do autor, mas também

pela História de cada país, a situação geopolítica no passado e na atualidade, a perspectiva geográfica, entre outros fatores.

Nos manuais escolares portugueses de Geografia entre 1930 e 1960 as fronteiras geográficas da Europa são desenhadas através de mapas de divisões políticas dos países (Figuras 24 e 25). Nestes mapas não há dúvida sobre a delimitação dos países da Europa Ocidental, incluindo também a parte europeia da Rússia, após a divisão do Império Russo (com a formação de Estados como a Lituânia, Letônia e Estônia, Finlândia, Ucrânia, Bielorrússia, Moldávia, etc.), onde a Turquia se encontra incluída como espaço europeu.



Figura 24 – Divisão política atual.
Fonte: Vasconcelos e Sá (1933) (Fig. 39)

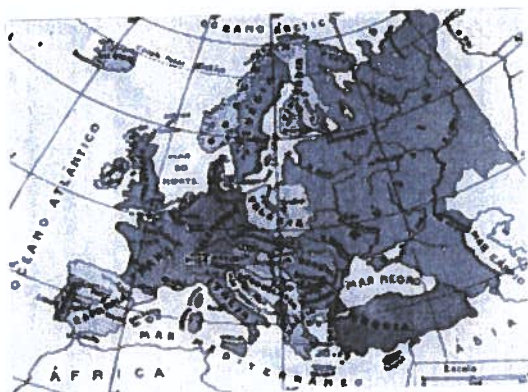


Figura 25 – Europa: Mapa político.
Fonte: Loureiro e Patrício (1954 e 1964) (Fig. 91)

Seria apenas nos manuais escolares de 1995 que a limitação do território se relacionou com a identificação dos países que constituem a Europa (Figura 25), através de elementos naturais como o Oceano Ártico, Oceano Atlântico, Mar do Norte, Mar Mediterrâneo, Mar Negro, Mar Cáspio e Rio Ural e Montes Urais e a Cordilheira do Cáucaso (Figura 26). Nesta cartografia, manteve-se a parte europeia da Rússia e excluiu-se a Turquia deste lote de países europeus. Ainda na mesma publicação está patente a evolução dos países da Europa em quatro ocasiões: 1914, 1920, 1945 e 1995, influenciada pela evolução da geopolítica europeia (Figura 28).



Figura 26 – Mapa político da Europa. Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig. 20)



Figura 27 – Limites da Europa. Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig. 35)

Na cartografia do manual escolar publicado em 2006, verifica-se uma atualização na identificação dos países europeus, especialmente na fronteira oriental, entre a Europa e a Ásia, agora com a inclusão da Turquia, onde se localizam países como Geórgia, Azerbaijão e Arménia (membros do Conselho da Europa, a mais antiga instituição europeia em funcionamento, Geórgia e Azerbaijão, desde 1999, e Arménia desde 2001) (Figura 29).

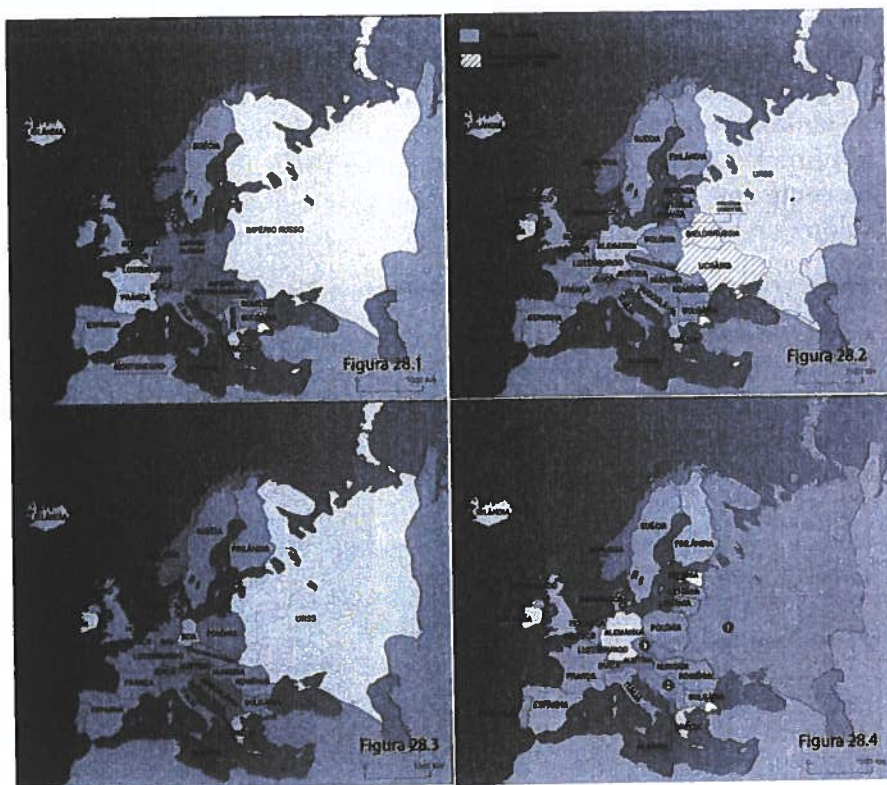


Figura 28 – Evolução dos países europeus: 1. Europa em 1914, 2. Europa em 1920, 3. Europa em 1945, 4. Europa em 1995.
 Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995).



Figura 29 – Mapa político da Europa na actualidade. Fonte: Matos e Castelão (2006).

Os países já mencionados, em conjunto com a Rússia, Cazaquistão e Chipre são considerados “países transnacionais”: o Azerbaijão e a Geórgia apresentam uma pequena parte do seu território no lado europeu das mon-

tanhas do Cáucaso, a par da Turquia que também tem uma pequena percentagem do seu território em área europeia na fronteira com a Grécia e a Bulgária. O mesmo se passa com o Cazaquistão, dono de uma pequena parte do território europeu a oeste do rio Ural (sendo que esta área é maior do que a Áustria). Quanto à Armênia e Chipre, são países totalmente localizados no continente asiático, mas assumem uma identidade europeia por razões culturais e históricas. Finalmente, a Rússia, o maior território na Europa e Ásia, tem um lado europeu a oeste dos Montes Urais. No entanto, a divisão do território entre a Europa e a Ásia não reflete a densidade da população, sendo esse um fator relevante. É de notar que, na Rússia, 23% do território pertencem ao continente europeu, sendo que nessa área concentra-se 74% da população (World Gazetteer, 2010). Um fenómeno semelhante, mas de menor dimensão, acontece com a Turquia que tem 16% dos habitantes a viver em apenas 3% do território (área europeia do país) (Tabela 1).

Tabela 1 – Percentagem de área e população residente em espaço europeu dos países transnacionais entre a Europa e Ásia.

Países Transcontinentais	Europa	
	% da Área	% de População
Geórgia	70,7	54,6
Azerbaijão	45,8	50,4
Rússia	23,2	73,8
Cazaquistão	13,6	8,7
Turquia	3,1	16,0
Arménia	0	0
Chipre	0	0

Fonte: World Gazetteer, Statistics of administrative units, towns and cities (2010)

No manual escolar publicado em 2009, e após a drástica diminuição de assuntos sobre a Europa, a apresentação da delimitação da Europa surge estritamente através da componente física do território (Figura 30), e da identificação dos 27 países na UE (Figura 31).



Figura 30 – Mapa físico da Europa. Fonte: Santos e Lopes [1] (2009) (Fig. 1)

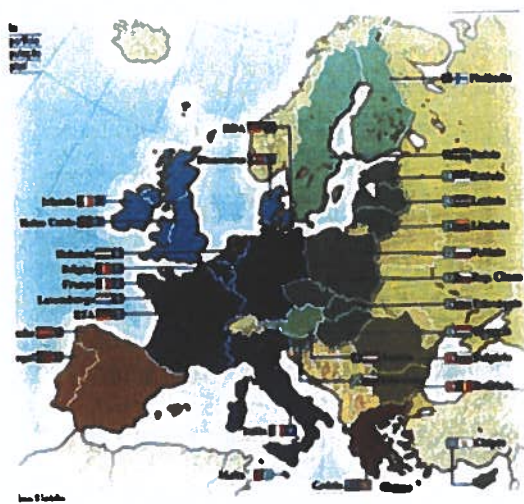


Figura 31 – Países da União Europeia. Fonte: Santos e Lopes [1] (2009) (Fig. 10)

O papel da União Europeia na percepção da Europa

A União Europeia tornou-se um elemento-chave no contexto do estudo das representações individuais e coletivas sobre a Europa. Contudo, verifica-se alguma confusão na distinção entre os conceitos de “Europa” e “União Europeia”. Esta confusão deve-se, em parte, à história comum dos países europeus e, desde a década de 1940, ao papel das instituições que reúnem vários países, por exemplo, a UE ou a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte. A história da

Europa cruza-se, várias vezes, com o nascimento e evolução da União Europeia, desde o final da Segunda Guerra Mundial até agora. Com base na cronologia apresentada no site da UE desde 1945, destacam-se os principais eventos geopolíticos e econômicos. Estes fatos principais são distribuídos por décadas: a) Uma Europa pacífica - o início da cooperação (1945-1959), b) Os "Swinging Sixties" - um período de crescimento econômico (1960-1969), c) Uma comunidade em crescimento - O primeiro alargamento (1970-1979), d) A nova face da Europa - a queda do Muro de Berlim (1980-1989), e) Uma Europa sem fronteiras (1990-1999), e f) Uma década de expansão adicional (pós-2000).

Segundo o site institucional da União Europeia, existem quatro símbolos principais que caracterizam a UE: a bandeira europeia, o hino europeu, o Dia da Europa e o lema da UE. O símbolo da UE aparece pela primeira vez no Conselho da Europa em 1955 e o número de estrelas não tem qualquer relação com o número de países membros. A bandeira europeia, um círculo de doze estrelas douradas sobre um fundo azul, é um símbolo de unidade, solidariedade e harmonia entre os povos e países da Europa. A UE adotou a "Ode à Alegria" de Beethoven (1823) como o seu hino, recorrendo à linguagem universal da música, sem palavras. Este hino pretende expressar a liberdade europeia, a paz e a solidariedade. A 9 de Maio festeja-se o Dia da Europa, data da assinatura da declaração Schumann (1950), declaração que propôs uma nova forma de cooperação política entre os países europeus. Por fim, destaca-se o lema da UE - "Unidos na diversidade", utilizado desde 2000, já referido anteriormente.

Dada a entrada de Portugal na UE em 1986, foi preciso esperar pela revisão curricular na área da Geografia para que este assunto tivesse destaque. Verifica-se que desde o manual publicado em 1995 até à atualidade (2009), o tema da adesão portuguesa à UE reflete-se não só nos textos, mas também em cartografia e em imagens. Especialmente no manual de 1995, inteiramente dedicado à Europa, este assunto apresenta grande destaque. Aí se estudou um amplo espectro de temáticas relacionadas com o território da UE-12, como a exportação e importação de e para a UE-12, a densidade de estrangeiros ou a origem dos migrantes (Figuras 32 a 35). Também foi apresentada uma análise detalhada sobre outras questões como o tamanho e limites da Europa, o relevo e o clima, a economia e população, e a poluição, recorrendo a diversos indicadores (por exemplo: PIB per capita, taxa de natalidade e mortalidade, entre outros). No entanto, atravessada uma década e após as atualizações e revisões curriculares, os manuais escolares de geografia não aprofundam estes assuntos. Nas publicações mais recentes (2006 e 2009), as breves referências sobre a UE prendem-se com a identificação dos países-membro e a referência a alguns momentos políticos ou símbolos europeus como a assinatura de Portugal se juntar à UE em 1986, e a bandeira azul com as 12 estrelas amarelas (Figuras 36 e 37).



Figura 32 – Exportações para a UE-12.
 Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig. 91)



Figura 33 – Importações da UE-12.
 Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig. 92)



Figura 34 – Densidade de estrangeiros na EU.
 Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig. 12)



Figura 35 – Origem das migrações na EU-12.
 Fonte: Sousa Martins e Saramago (1995) (Fig. 13)

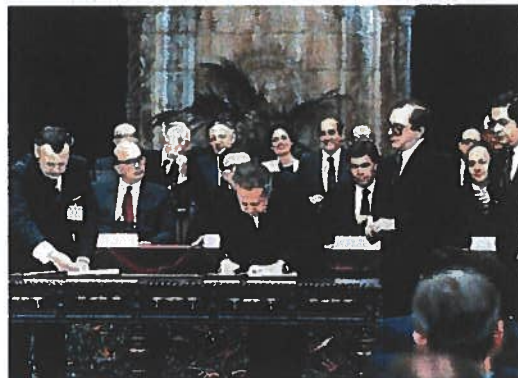


Figura 36 – Adesão de Portugal à UE.
 Fonte: Matos e Castelão (2006) (Fig. 17)



Figura 37 – Bandeira da UE.
 Fonte: Santos e Lopes [1] (2009) (Fig. 9)

Segundo o Eurobarômetro de 2003 sobre o reconhecimento de símbolos da UE pelos portugueses, 79% dos inquiridos portugueses reconheceram a bandeira da UE, 62% sabiam que a UE foi fundada logo após a Primeira Guerra Mundial, 56% sabiam que são os cidadãos que elegem os deputados europeus, 50% sabiam que, naquele momento, havia apenas 12 países membros, 46% estavam familiarizados com o Dia da UE e apenas 35% reconheceram a existência de um hino (Villaverde Cabral et al., 2003, 6-7). No mesmo estudo, refere-se que os portugueses identificam-se com os símbolos da UE, como a bandeira da UE (57%), mas também com a nova moeda coletiva - Euro (em circulação desde Janeiro de 2002): em 2003, 81% dos portugueses sentia-se "muito confortável" ou "confortável" com a moeda Euro, 72% eram "muito ligado" ou "ligado" com o Euro e, em menor proporção, 52% consideraram "muito ligado" ou "ligado" à moeda nacional (escudo). No entanto, e para concluir, apenas 49% consideraram a adoção do Euro uma coisa "muito boa" ou "boa", especialmente devido à inflação causada pela troca de moeda.

CONCLUSÕES

Existem vários fatores que influenciam a construção da percepção da Europa como um território, alguns provindos de um meio formal (ex. posição política dos países, manuais escolares), e outros de forma mais informal (ex. comunicação social). Sendo os manuais escolares um instrumento de aprendizagem utilizado para a educação formal, estes tornam-se uma das principais fontes de informação que refletem de forma mais aproximada as percepções adquiridas pelos indivíduos ao longo do tempo. Especialmente quando falamos de territórios e espaços como a Europa disciplinas como História, Geografia ou Ciências Sociais, desenvolvem o conhecimento, influenciadas por vários fatores, tais como:

- O conhecimento científico disponível no momento (é incomparável o conhecimento disponível desde a década de 1930 até à atualidade);
- A perspectiva da Geografia presente nos manuais escolares evoluiu ao longo do tempo, desde a Geografia Corográfica até à Nova Geografia, influenciando a abordagem apresentada, os recursos utilizados (texto, imagem, estatística, cartografia) e as temáticas abordadas;
- As ideologias e valores políticos nacionais refletem-se nos programas académicos, através do controlo da legislação, da existência de programas escolares à escala nacional, que obrigatoriamente têm de estar presente nos manuais escolares, e a própria seleção dos manuais escolares

pelas entidades governativas (Governo ou Ministério da Educação) ou pelas escolas;

- A evolução da tecnologia alterou completamente os formatos dos manuais escolares: a evolução da impressão permitiu a inserção de mais fotografias e mapas coloridos, enquanto a disponibilidade de dados permitiu a quantificação de determinados assuntos e a sua comparação com outros países. A integração de tecnologias como os CD-ROM ou o acesso a sites de Internet permite divulgar uma quantidade muito superior de informação quando comparado com a informação integrada num manual escolar em formato papel.
- O peso da Geografia como disciplina evoluiu ao tempo, sendo que atualmente em Portugal é abordada nos vários ciclos de educação, desde a abordagem mais local e geral no 1º Ciclo, a uma abordagem do país, em muito conjugada com a História nacional no 2º ciclo, tornando-se uma disciplina obrigatória por três anos no 3º ciclo, e uma disciplina obrigatória para algumas áreas do saber no Ensino Secundário.

Nas primeiras décadas em análise neste estudo, Portugal apresentava um atraso nas disciplinas de Geografia, muito influenciado pelo governo ditatorial da época. Com a mudança política, o conhecimento abriu-se para o mundo e especialmente para a Europa, não só focado no território, mas também nas instituições políticas internacionais, como a Comunidade Europeia, sendo clara a evolução dos manuais escolares, partindo de uma visão nacionalista para uma visão pró-europeísta, com reflexo nas alterações dos currículos escolares, culminando na década de 1990 com a existência de um ano letivo inteiramente dedicado à Europa. No entanto, após esta “explosão”, que coincidiu com a junção de Portugal à CE em 1986, na década de 2000 a perspectiva territorial e multiescalar da Geografia transformou-se numa perspectiva temática, onde o território a várias escalas surge apenas como exemplos dos temas abordados.

O estudo dos limites territoriais europeus também influencia as percepções das pessoas, já que é uma discussão ainda em aberto. Os sucessivos alargamentos da UE e a existência de um grupo de países transcontinentais Euroasiáticos, como a Rússia, a Turquia ou o Azerbaijão, entre outros, identificados nos manuais escolares de forma diferenciada ao longo das décadas (através da presença ou ausência dos mesmos), dificultam a existência de uma percepção da Europa como um continente delimitado de forma concreta e inequívoca (conclusões identificadas no Pacote de Trabalho 2 – Percepção da Europa pelos Estudantes Universitários). Neste aspecto, o conhecimento e área académica tem influência nas percepções sobre o território, influenciando o critério selecionado por

cada indivíduo para delimitar a Europa: por limites naturais (como Cáucaso e Montes Urais) ou por limites geopolíticos (como as fronteiras nacionais).

Para além desta evolução nas perspectivas educativas da Geografia, foi desenvolvido um discurso em que a "Europa" e a "União Europeia" se sobrepõem. Este fenómeno ocorre especialmente pela grande identificação que os indivíduos apresentam quanto à Instituição, e não apenas os alunos:

- é notório o reconhecimento de alguns símbolos da UE, especialmente a bandeira azul com estrelas de ouro, reconhecendo-se menos o hino e o lema da UE; A moeda comum "Euro" (€) é o elemento mais reconhecido da UE pelos portugueses, que se sentem muito confortáveis com a mudança de moeda; Após a junção de Portugal (1986) à Comunidade Europeia, esta temática foi integrada nos currículos de Geografia, desde a CEE até à UE-27.

Concluindo, a aquisição de conhecimentos através de várias fontes (formais ou informais) permite a criação de percepções únicas da Europa e das suas delimitações por cada indivíduo. Todas essas divergências refletem-se nos resultados gerais do Projeto Eurobroadmap. De acordo com os resultados obtidos, é possível identificar algumas divergências entre a percepção apresentada na esfera política mais real e atual, e a esfera educacional que apresenta um atraso nas informações publicadas e é influenciada por vários fatores como pelas políticas educacionais da época, a perspectiva geográfica ou a tecnologia existente. Ainda assim, o conjunto dessas visões constitui uma perspectiva institucional de "Europa" para o país em estudo.